

vencer, já fecha de novo. Houve um momento em que a Record levou um profissional, que hoje está na Globo, para chefiar o jornalismo. Nós achávamos que não ia dar certo. Até que houve o incidente do Bispo da Igreja Universal chutar a imagem de Nossa Senhora e causou confusão. O (Chico) Pinheiro é católico, então o jornalista espirrou e levou Ricardo Kotscho para a CNT. Mas essas organizações sempre buscam o que está marginalizado na outra e representa outra perspectiva de conquista de público. A Globo é especialista nisso. Quando o Fausto Silva fazia sucesso na Bandeirantes e na emissora do Silvio Santos – ele andou por lá também, com seu programa 'Perdidos na Noite' – e depois foi para a Globo, virou essa falsificação de Fausto Silva. A mesma coisa com a Ana Maria Braga, que na Record era uma coisa, na Globo outra completamente diferente. Ela passou a propagandar produtos de elite. Uma forma de viver, da qual eles querem que o povo sonhe.

P- A criação de uma TV pública pelo Governo Federal é uma boa iniciativa no seu entendimento?

R- Nós já tivemos rede pública de TV que chamamos Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, que era encabeçado no rádio, pela Rádio MEC do Rio (de Janeiro) e na televisão pela TVE do Rio (de Janeiro). Era público, porque seu Conselho era formado pelos dirigentes das várias TV's, que algumas eram estatais e outras não. Porque não foi só o estado que recebeu concessão de TV ou rádio educativa. Há rádios educativas privadas, comunitárias, confessionais e universitárias. Então isso funcionava, às vezes bem, às vezes mal, durante a ditadura a rede teve uma unidade forçada pelo sistema. Mas ainda assim, no Governo Figueiredo, na Rádio Universitária do Rio Grande do Norte, havia 80% de produção nacional. A maior parte de produção era no Rio Grande do Norte. Havia uma rede pública. Eu acho que o projeto do Hélio Costa (eu concordo com Orlando Sena, secretário de audiovisual do Ministério da Cultura) não era de uma rede pública, era de uma rede estatal, ou seja, um instrumento para a política do estado que durante muito tempo, mesmo a ditadura tentou fazer, mas não conseguiu. Para isso basta a *Voz do Brasil* e a entrada em rede. Se vê, por exemplo, que a rede privada é

obrigada por lei, a transmitir programas educativos durante tantas horas por dia, mas transmite de madrugada.

P- O senhor acha que a Voz do Brasil deve permanecer?

R- Eu sou favorável à *Voz do Brasil*. Entretanto, acredito que deva sofrer modificações. A minha sogra por exemplo, quando morava no interior, ouvia diariamente. A quantidade de agricultores e trabalhadores que ouvem esse programa é muito grande, porque você acompanha a atuação do Senado, da Justiça, etc. Você tem informações fundamentais de serviço da área política e de funcionamento do Estado. Você fica sabendo que tipo de lei foi aprovada. Antigamente (hoje eu não sei) o MEC, por exemplo, tinha um horário na *Voz do Brasil*, que anunciava para todas as escolas, que tinha sido liberado determinado recurso.

P- Pedia para as escolas fiscalizar?

R- Sim. E isso foi quando o Murílio Hingel (governo Itamar Franco) era ministro. O que acontecia? Você ficava sabendo, a sua escola, o pai do aluno, que tinha vindo dinheiro para comprar merenda, máquinas para escola. Daí então, o diretor da escola cobrava do prefeito, do secretário. Onde teremos informações desse tipo na rede pública?

P- O senhor diz acreditar em uma rede pública e não em algo estatal?

R- Pública, sim. Deve ter a partici-

pação da sociedade na decisão da programação.

P- Como o senhor avalia o papel da imprensa durante o governo Lula. Acredita que tem havido exercício de um jornalismo investigativo ou haveria um excesso de denunciismo?

R- Eu acho que há o investigativo, mas a essência do jornalismo é *denuncista*(*). A maior parte do jornalismo investigativo que se pratica é para ir contra o governo. Isso não significa que eu seja a favor do governo. Não sou, mas sou contra no plano em que os meios de comunicação estão se movendo. Eu acho que a questão não é da oligarquia que domina a política brasileira e dos grupos políticos e econômicos que dominam a comunicação. Eu acho que o governo

Lula não tem realizado a política de real participação do povo no governo dele. Do mesmo jeito que todos os governos anteriores. Ele está se colocando numa posição de agir *para* e

não *com* o povo e de não ser o povo o responsável a gerir o país. Quando falo em povo, não vamos exterminar o direito da burguesia de participar. Deve-se estabelecer um diálogo para que essa política tenha como prioridade a mudança estrutural da sociedade, de maneira que não se exerça caridade e sim solidariedade. De maneira que não seja, nós darmos o resto da vida o bolsa-família, mas que essas pessoas tenham trabalho. Então, o agronegócio é a menina dos olhos do próprio governo Lula, hoje.

“O confronto interno no capital é válido”



Mas, o agronegócio restringe e tira o trabalho do trabalhador agrícola. Eu participo da preocupação que as organizações populares manifestaram quanto ao acordo com os Estados Unidos sobre o álcool. Porque desde que não signifique a ocupação de mais terras agricultáveis para a produção de alimento, seriam ocupadas pela produção de cana-de-açúcar (agora se chama cana-de-álcool). Eu acho que a imprensa em geral é a favor desse modelo de sociedade em que o prioritário é a bolsa, a entrada de divisas, ou seja, a nossa inserção na globalização e não a internacionalização a partir do reconhecimento da identidade nacional. Eu sou a favor de acabar com as fronteiras, mas com respeito a nossa identidade e não como aconteceu com a Europa, com a destruição da cultura. Eu acho que essa coisa chega à questão das cotas, que é a grande polêmica interna dentro das Universidades. Eu sou favorável às cotas. É uma das coisas do governo que defendo. Porém, acho que não pode ser uma medida central que desconheça a realidade da federação, do ponto de vista comunitário. Deve ter modelo de cotas para o Rio de Janeiro diferenciado para a Bahia, por exemplo. O modelo de São Paulo e Amazônia não deve ser o mesmo do Rio Grande do Sul. Trata-se de um reconhecimento da realidade local. Mas por que a cota é importante? Porque precisamos dar oportunidades a quem não teve. Isso vai baixar a qualidade da universidade? Na minha opinião, vai aumentar a responsabilidade dos professores, de pegar os cotistas e possibilitar que eles se igualem aos outros e não continuar a impedir a entrada de negros, pobres e índios dentro da universidade. Eu, por exemplo, discordo de toda uma parte da política educacional agora proposta pelo governo, que no fundo tem muitas identidades com a política nacional de Getúlio, ou seja, um Estado centralizado e forte. Eu sou pelo descentralizado e quando o ministro propõe a provinha que será feita no quarto ou sexto ano do ensino básico, eu fico apavorado. Porque é comprovado cientificamente que até os doze anos de idade que se cria a identidade da criança.

Nota da redação:

(*)denuncista - que se atém mais às denúncias, não investiga.